



MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL

(Lei Raul Jungmann)

2ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil

2ª edição: Revista, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

PRÓLOGO DA LEI

1. Origem legislativa e fundamento político-criminal
 - 1.1 Projeto de lei de origem
 - 1.2 Denominação oficial e homenagem
 - 1.3 Finalidade oficial do diploma
2. Natureza jurídica
3. Objeto da Lei — os três eixos normativos
4. Diretrizes político-criminais
 - 4.1 Combate ao domínio territorial criminoso
 - 4.2 Antecipação da atuação estatal
 - 4.3 Enfrentamento estrutural e econômico
 - 4.4 Endurecimento do sistema penal
5. Enquadramento criminológico
 - 5.1 Direito penal de emergência
 - 5.2 A Lei Raul Jungmann e as velocidades do direito penal
 - 5.2.1 Breve contextualização
 - 5.2.2 Classificação da Lei Raul Jungmann
6. Conteúdo normativo e as alterações legislativas

Título I - Dos crimes praticados por Organização Criminosa Ultraviolenta,

Grupo Paramilitar ou Milícia Privada

Domínio social estruturado

1. Tutela constitucional
2. Criação
3. Conceito de Organização Criminosa Ultraviolenta
 - 3.1 Evolução legislativa do crime organizado no Brasil
4. Modalidades típicas
5. Objeto jurídico
6. Objeto material
7. Conduta típica
 - 7.1 Análise dos incisos do “caput”
 - 7.1.1 Controle e dominação territorial

- 7.1.2 Emprego de armas e agentes de destruição
- 7.1.3 Obstrução às forças de segurança
- 7.1.4 Controle social de atividade econômica
- 7.1.5 Crimes contra infraestrutura financeira e interrupção do fluxo
- 7.1.6 Ataques a instituições prisionais
- 7.1.7 Meios de transporte e aeronaves
- 7.1.8 Infraestrutura essencial
- 7.1.9 Sistemas informáticos e bancos de dados
- 8. Sujeitos da infração
 - 8.1 Sujeito ativo
 - 8.2 Sujeito passivo
- 9. Elemento subjetivo
- 10. Consumação
- 11. Tentativa
 - 11.1 Atos preparatórios puníveis
- 12. Ação penal
- 13. Penas e seus reflexos
- 14. Vedação de benefícios penais
- 15. Causas de aumento de pena
 - 15.1 Liderança ou comando
 - 15.2 Financiamento
 - 15.3 Violência contra vítimas vulneráveis ou agentes institucionais
 - 15.4 Conexão com outras organizações criminosas ultraviolentas
 - 15.5 Concurso e infiltração de funcionário público
 - 15.6 Emprego de arma de uso restrito ou explosivo
 - 15.7 Recrutamento de criança ou adolescente
 - 15.8 Transnacionalidade
 - 15.9 Exploração ilegal de recursos naturais
 - 15.10 Uso de tecnologias avançadas
- 16. Vedação ao auxílio-reclusão
- 17. Local de custódia
- 18. Competência para julgamento e impropriedade terminológica
- 19. Prisão preventiva compulsória
 - 19.1 Evolução legislativa acerca da prisão preventiva
- 1941. Redação original do CPP
- 1967. Alteração da redação do art. 312, CPP pela Lei 5.349/1967
- 1986. Nova hipótese criada pela Lei 7.492/1986

1994. Alteração da redação do art. 312, CPP pela Lei 8.884/1994

2011. Redação mantida pela Lei 12.403/2011

2019. Redação dada pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)

2026. Nova hipótese criada pela Lei 15.358/2026

19.2 A questão da constitucionalidade da previsão legal

19.2.1 Incompatibilidade principiológica

19.2.2 Precedentes jurisprudenciais acerca da vedação à prisão automática

19.2.3 Separação entre juízo de tipicidade e juízo de cautelaridade

19.2.4 Conclusão

20. Distinção com a Lei 12.850/2013

21. Classificação jurídica

Favorecimento ao domínio social estruturado

1. Tutela constitucional

2. Criação

3. Modalidade típica

4. Objeto jurídico

5. Objeto material

6. Conduta típica

6.1 Análise dos incisos

6.1.1 Criação, promoção e adesão

6.1.2 Distribuição de material incitador

6.1.3 Apoio logístico com material explosivo ou arma de fogo

6.1.4 Cessão de local ou bem

6.1.5 Fornecimento de informações

6.1.6 Falsa alegação de pertencimento

6.2 Proporcionalidade da pena — proibição de excesso

7. Sujeitos da infração

7.1 Sujeito ativo

7.2 Sujeito passivo

8. Elemento subjetivo

8.1 Elemento subjetivo especial

9. Consumação

10. Tentativa

11. Ação penal

12. Penas e seus reflexos

13. Tratamento diferenciado

14. Classificação jurídica

Hediondez e Integração com a Lei n. 12.850/2013

1. Hediondez — aspectos gerais
2. Crimes abrangidos pela declaração de hediondez
3. Consequências jurídicas da hediondez
4. Formas especiais de organização criminosa e integração com a Lei n. 12.850/2013
 - 4.1 O art. 288-A do Código Penal como forma especial de organização criminosa
 - 4.2 Aplicação subsidiária das disposições materiais da Lei n. 12.850/2013
5. Natureza jurídica do art. 4º

Título II - Das normas processuais e operacionais

Capítulo I - Disposições Gerais

Inquérito Policial: Prazos e Procedimento

1. Prazos do inquérito policial
 - 1.1 Indiciado preso
 - 1.2 Indiciado solto
2. Prazos Decisórios e Atuação Judicial
 - 2.1 Regime de urgência — prazo simultâneo de 24 horas
3. Participação do Ministério Público
4. Descumprimento de Prazos
 - 4.1 Cotejo com o art. 316, parágrafo único, do CPP e a SL 1395
5. Procedimento de Investigação Criminal do Ministério Público
6. Revisão Interna pelo Ministério Público
 - 6.1 Natureza jurídica do mecanismo e controvérsia institucional
7. Lei Processual no Tempo

Forças-Tarefa Integradas

1. Contextualização
2. Órgãos Participantes
3. Formalização: Termo de Cooperação
4. Conteúdo da Atuação Integrada
5. Regime de Sigilo
6. Ausência de Nulidade por Descumprimento
1. Contextualização
2. Pressupostos de Incidência
3. Finalidades da Cooperação Internacional
4. Balizas: Tratados, Convenções e Reciprocidade
5. Competência para Celebração dos Acordos
1. Contextualização

2. Remissão ao Capítulo II da Lei n. 12.850/2013 — Meios de Obtenção da Prova

2.1 Colaboração Premiada

2.2 Infiltração de Agentes

2.3 Ação Controlada

3. Remissão à Lei n. 9.613/1998 — Lavagem de Capitais

4. Relação com o Parágrafo Único do Art. 4º da LRJ

Capítulo II - Das medidas assecuratórias cautelares

1. Contextualização

2. Pressupostos para a decretação

3. Legitimidade e iniciativa

4. Rol das medidas assecuratórias — análise por inciso

4.1 Constrição patrimonial ampliada

4.2 Suspensão de atividades econômicas

4.3 Bloqueio digital

4.4 Proibição de operações financeiras e com criptoativos

4.5 Comunicação aos órgãos de controle financeiro

4.6 Suspensão de serviços públicos e privados

4.7 Afastamento cautelar de cargo, emprego ou função

4.8 Proibição de saída do país e apreensão de passaporte

4.9 Comunicação a registros públicos

4.10 Inidoneidade cautelar

5. Contraditório diferido

6. Fundamentação e proporcionalidade

7. Custódia dos bens e depositário

8. Perdimento extraordinário

9. Uso provisório e alienação antecipada

10. Devolução em caso de absolvição

11. Sigilo das ordens de bloqueio

12. Responsabilidade pelo descumprimento

13. Supervisão pelo CNJ e pelo CNMP

Intervenção judicial em pessoa jurídica

1. Contextualização

2. Pressuposto: benefício da pessoa jurídica

3. Legitimidade e vedação da iniciativa de ofício

4. Finalidade da intervenção

5. Bloqueio imediato até a nomeação do interventor

6. O interventor judicial

7. Poderes do interventor
8. Suspensão de contratos públicos e extensão a controladas
9. Venda antecipada de ativos
10. Impedimento cautelar
11. Desfecho da intervenção
12. Exclusão do regime de drogas

Capítulo III - Das medidas definitivas

1. Contextualização
2. Pressuposto para incidência
3. Natureza jurídica das medidas
4. Análise dos incisos
 - 4.1 Conversão automática das medidas cautelares
 - 4.2 Confisco ampliado
 - 4.3 Dissolução compulsória da pessoa jurídica
 - 4.4 Liquidação judicial definitiva e destinação dos recursos
 - 4.5 Afetação imediata de bens apreendidos
 - 4.6 Proibição de contratar com o poder público e de participar de licitações
 - 4.7 Cancelamento de autorizações, registros e licenças
 - 4.8 Responsabilidade solidária e sucessória
 - 4.9 Comunicação aos órgãos de controle financeiro
 - 4.10 Comunicação aos cartórios de imóveis
 - 4.11 Publicação do cadastro público de condenados
5. Análise dos parágrafos
 - 5.1 Uso provisório de bens e valores pelos órgãos de segurança pública
 - 5.2 Competência para alienação e destinação dos bens de baixo valor
 - 5.3 Natureza de execução penal patrimonial e aplicação subsidiária da Lei n. 11.101/2005
6. Quadro sinótico — Medidas cautelares (art. 9º) × Medidas definitivas (art. 11)
7. Questões constitucionais
 - 7.1 Confisco ampliado e presunção de inocência
 - 7.2 Responsabilidade de herdeiros e personalidade da pena
 - 7.3 Publicação do cadastro e proteção de dados
8. Cotejo com o direito comparado e com as convenções internacionais
9. Síntese: o art. 11 no microssistema de recuperação de ativos da LRJ

Capítulo IV - Da Ação Civil de Perdimento de Bens

Conceito e objeto da ação civil de perdimento de bens

1. Contextualização e natureza jurídica
2. Objeto da ação — extinção e transferência

3. Abrangência do § 1º — coisas corpóreas, incorpóreas e frutos
4. Perdimento por equivalência
5. Imprescritibilidade

Hipóteses de cabimento da perda civil

1. Rol das hipóteses de perdimento — análise por inciso
 - 1.1 Produto direto ou indireto
 - 1.2 Instrumento do crime
 - 1.3 Bens relacionados ou destinados
 - 1.4 Bens de ocultação
 - 1.5 Bens derivados por negócio jurídico
2. Transmissão a terceiros não obsta o perdimento
3. Proteção ao terceiro de boa-fé

Alcance territorial e repartição com Estado estrangeiro

1. Alcance territorial — critério da localização dos bens
2. Repartição com Estado estrangeiro

Procedimento preparatório e poder requisitório

1. Procedimento preparatório
2. Poder requisitório do Ministério Público

Comunicação obrigatória pelos órgãos públicos

Autonomia da ação e relação com o processo penal

1. Autonomia em relação à ação penal
2. A única exceção — inexistência do fato
3. Nova ação após improcedência por insuficiência de provas (parágrafo único)

Legitimidade ativa e passiva

1. Legitimidade ativa — entes públicos e Ministério Público
2. Papel do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica
3. Polo passivo — titular ou possuidor

Competência territorial e prevenção

Medidas de urgência

1. Medidas de urgência — amplitude e fungibilidade
2. Prazo para ajuizamento da ação de conhecimento (§ 1º)
3. Deliberação imediata sobre alienação antecipada ou administrador (§ 3º)

Administrador dos bens

Procedência, improcedência e custas

1. Procedência — transferência definitiva
2. Custas e despesas — isenção do autor

Destinação dos recursos

Recompensa ao terceiro colaborador

1. Natureza jurídica e distinção com a colaboração premiada
2. Pressupostos cumulativos para o direito à recompensa
3. Valor da recompensa e fixação na sentença

Quadro sinótico — Ação civil de perdimento de bens (arts. 12 a 28)

Capítulo V - Do Banco Nacional e dos Bancos Estaduais de Dados de Organizações Criminosas Ultraviolentas,

Grupos Paramilitares ou Milícias Privadas

1. Contextualização
2. Finalidade do Banco Nacional
3. Bancos estaduais e interoperabilidade
4. Critérios de inclusão e remoção de cadastro
5. Condicionante federativa: celebração de convênios e repasses
6. A presunção do § 6º — ponto sensível do dispositivo

Título III - Disposições finais

1. Contextualização
2. Regime jurídico do auxílio-reclusão
3. Conteúdo normativo do art. 30
4. Relação com o art. 2º, § 6º — distinção e complementaridade
5. Natureza jurídica e constitucionalidade

Preservação das competências administrativas

1. Contextualização
2. Órgãos referidos e suas competências
3. Alcance da norma — coexistência, não exclusão

Aplicação subsidiária dos meios de investigação da Lei nº 12.850/2013

1. Contextualização
2. O Capítulo II da Lei nº 12.850/2013 — instrumentos incorporados
3. A cláusula "no que couber" — aplicação adaptativa
4. Relação com os arts. 5º a 8º da LRJ

Alterações ao Código Penal

1. Contextualização
2. Art. 91, inciso II — Veto presidencial
3. Perdimento obrigatório dos instrumentos utilizados por organizações criminosas e milícias
 - 3.1 O art. 91-A do Código Penal e o confisco ampliado
 - 3.2 Conteúdo normativo do § 5º
 - 3.3 Destinação e competência
 - 3.4 Relação com o art. 9º, § 11, da LRJ

4. Efeitos da condenação sobre o CNPJ da empresa receptadora
 - 4.1 Contexto: os efeitos da condenação do art. 92 do CP
 - 4.2 Suspensão do CNPJ por 180 dias
 - 4.3 A conexão com o art. 180 — receptação e o novo § 8º
 - 4.4 Reincidência e inaptidão do CNPJ
 - 4.5 Interdição do administrador
5. Qualificadora do homicídio doloso praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta
 - 5.1 Natureza jurídica e posição sistemática
 - 5.2 Pena cominada e confronto com as demais qualificadoras
 - 5.3 Elemento de conexão: "no contexto da atuação ou para a consecução"
 - 5.4 Concurso com o art. 2º, § 8º, da LRJ e competência do Tribunal do Júri
6. Lesão corporal gravíssima e lesão praticada por integrante de organização criminosa ultraviolenta
 - 6.1 Dois regimes distintos conforme a gravidade da lesão
 - 6.2 Lesão corporal seguida de morte no contexto da LRJ: pena desproporcional?
 - 6.3 Causa de aumento do § 8º-A e cumulação com outras causas
7. Ameaça no contexto da atuação de organização criminosa ultraviolenta
 - 7.1 Tipo penal autônomo ou qualificadora?
 - 7.2 Conduta e elemento de conexão
 - 7.3 Ação penal
8. Sequestro e cárcere privado praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta
9. Furto praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta
10. Roubo praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta
 - 10.1 Pena em triplo e desprezamento das demais causas de aumento
11. Extorsão praticada por integrante de organização criminosa
12. Extorsão mediante sequestro praticada por integrante de organização criminosa ultraviolenta
13. Revogação do § 5º e criação do § 8º na receptação
 - 13.1 Revogação do § 5º — extinção da equiparação de penas
 - 13.2 Criação do § 8º — causa de aumento na receptação por organização criminosa ultraviolenta
14. Quadro sinótico — Alterações do art. 33 ao Código Penal
15. Lei penal no tempo

Inserção dos crimes da LRJ no rol da Lei dos Crimes Hediondos

1. Contextualização
2. A Lei dos Crimes Hediondos
3. Crimes incluídos no inciso VIII — delimitação precisa do objeto
 - 3.1 A menção ao § 3º do art. 2º e o veto presidencial
4. Relação entre o art. 4º da LRJ e o art. 34 — declaração e inserção formal
5. Efeitos já previstos na LRJ — vedações autônomas

6. Lei penal no tempo

7. Quadro sinótico — Art. 34 em síntese

Alterações à Lei de Execução Penal

1. Contextualização

2. Monitoramento audiovisual de visitas e tratamento das comunicações entre advogado e cliente

2.1 Monitoramento audiovisual de visitas

2.2 Tratamento das comunicações entre advogado e cliente monitoradas

2.2.1 Pressuposto: razões fundadas de conluio criminoso reconhecidas judicialmente

2.2.2 Juízo de controle — distinção em relação ao juízo da instrução

2.2.3 Procedimento perante o juízo de controle (§§ 1º e 2º)

3. Gravação das visitas no Regime Disciplinar Diferenciado

4. Definição do estabelecimento prisional e transferência emergencial

4.1 Definição judicial do estabelecimento prisional em 24 horas

4.2 Transferência emergencial sem decisão judicial prévia

5. Novos percentuais de progressão de regime

5.1 Contexto: a progressão de regime nos crimes hediondos

5.3 Inciso V — elevação do percentual para o primário hediondo de 60% para 70%

5.5 Inciso VI, alínea d — feminicídio praticado por primário

5.6 Revogação do inciso VI-A e criação do inciso VIII

6. Lei penal no tempo

7. Quadro sinótico — Alterações do art. 35 à Lei de Execução Penal

1. Contextualização

2. Crimes abrangidos

3. O dobramento de penas — análise do “caput”

3.1 Natureza jurídica: causa de aumento de pena

3.2 Elemento de conexão com a LRJ

3.3 Penas dos arts. 33 a 37 da Lei n. 11.343/2006 com e sem o dobramento do art. 40-A

3.4 Relação com as causas de aumento do art. 40 da Lei de Drogas

4. Concurso material com o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo — parágrafo único

4.1 A regra anterior: discussão sobre autonomia do porte de arma em relação ao tráfico

4.2 A solução legislativa do parágrafo único: concurso material obrigatório

4.3 Âmbito de aplicação do parágrafo único

5. Exemplo de cálculo da pena — tráfico com arma de uso restrito

6. Relação com o regime de destinação dos bens e o art. 8º da LRJ

7. Lei penal no tempo

8. Quadro sinótico — Art. 40-A da Lei n. 11.343/2006

1. Contextualização e leitura sistemática com o art. 36 da LRJ

2. Crimes abrangidos — arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento
3. As três hipóteses de incidência — estrutura alternativa
 - 3.1 Primeira hipótese: crime praticado em concurso com crime da Lei de Drogas
 - 3.2 Segunda hipótese: crime diretamente ligado ao comércio ilícito de entorpecentes
 - 3.3 Terceira hipótese: artefato utilizado para assegurar o sucesso da mercancia
4. Natureza jurídica e âmbito de incidência
 - 4.1 Causa de aumento de pena — não qualificadora
 - 4.2 Ausência de exigência de vinculação a organização criminosa ultraviolenta
6. Penas dos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento com e sem o aumento do art. 21-A
7. Relação com a causa de aumento do art. 40, inciso IV, da Lei de Drogas
8. Lei penal no tempo
9. Quadro sinótico — Art. 21-A do Estatuto do Desarmamento

Alterações ao Código de Processo Penal

1. Contextualização
2. Audiência de custódia por videoconferência: prazo e modalidade
 - 2.1 O art. 3º-B e o juiz das garantias
 - 2.2 O prazo de 24 horas — evolução normativa e compatibilidade convencional
3. Competência do júri e homicídios praticados por organizações criminosas ultraviolentas
 - 3.1 A regra geral e a ressalva introduzida pela LRJ
 - 3.2 Interpretação constitucional: a preservação do Tribunal do Júri
4. Audiência de custódia por videoconferência: regime geral e garantias
 - 4.1 A videoconferência como modalidade ordinária
 - 4.2 Análise dos §§ 7º a 13
 - 4.2.1 Verificação de citações pendentes
 - 4.2.2 Intervenção da defesa e questões de ordem
 - 4.2.3 Entrevista prévia entre preso e defensor
 - 4.2.4 Privacidade do preso durante a oitiva
 - 4.2.5 Falha técnica imputável ao tribunal: repetição obrigatória da audiência
 - 4.2.6 Infraestrutura tecnológica obrigatória nos estabelecimentos prisionais
 - 4.2.7 Audiência presencial como exceção em situações de força maior
 - 4.3 A videoconferência e as garantias da audiência de custódia — balanço crítico
5. Prisão preventiva para integrante de organização criminosa ultraviolenta
 - 5.1 O art. 313 do CPP e as hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva
 - 5.2 Distinção em relação ao art. 2º, § 9º, da LRJ
 - 5.3 Elemento de conexão: o contexto da LRJ
 - 6.1 O recurso em sentido estrito contra a concessão de liberdade provisória
 - 6.2 Natureza e função do mecanismo

- 6.3 Requisitos do § 4º e sua estrutura argumentativa
- 6.4 Tensão com a presunção de inocência e a excepcionalidade da prisão
- 7. Quadro sinótico — Alterações do art. 38 ao Código de Processo Penal
- 8. Normas processuais e direito intertemporal

Alterações à Lei de Lavagem de Dinheiro — Adequação Federativa da Destinação de Bens

- 1. Contextualização
- 2. Bens apreendidos e bloqueados na fase cautelar
 - 2.1 O regime geral do art. 4º-A
 - 2.2 Depósitos na fase cautelar perante a Justiça Estadual e do DF
 - 2.3 Incorporação definitiva após condenação
 - 2.4 Decretação judicial após o trânsito em julgado
- 3. Art. 7º da LLD — Perda definitiva de bens após condenação
 - 3.1 Regime geral do art. 7º antes e depois da LRJ
 - 3.2 Alcance da perda: bens "direta ou indiretamente" relacionados ao crime
 - 3.3 A ressalva do lesado e do terceiro de boa-fé
 - 3.4 Regulamentação da destinação pelos entes federativos
 - 3.5 Instrumentos sem valor econômico: inutilização ou doação
- 5. Direito intertemporal
- 6. Análise crítica: federalismo fiscal e eficiência na recuperação de ativos

Alterações ao Código Eleitoral

Inalistabilidade e Suspensão de Direitos Políticos do Preso Provisório

- 1. Contextualização
- 2. Inalistabilidade do preso provisório
 - 2.1 O art. 5º e as hipóteses de inalistabilidade
 - 2.2 Alcance subjetivo: quem é o "preso provisório" para fins do inciso IV
 - 2.3 Distinção entre inalistabilidade e suspensão de direitos políticos
- 3. Suspensão do exercício do voto do preso provisório
 - 3.1 Efeito prático: impedimento do voto nas eleições
 - 3.2 Distinção entre suspensão do exercício e perda da titularidade
- 4. Constitucionalidade do art. 40 — análise crítica
 - 4.1 O art. 15 da CRFB e o rol taxativo de privação de direitos políticos
 - 4.2 A tese da inconstitucionalidade
 - 4.3 A tese da constitucionalidade
 - 4.4 Precedente do STF: o voto do preso definitivo e a analogia
- 5. Quadro sinótico — Alterações do art. 40 ao Código Eleitoral
- 6. Direito intertemporal e eleitoral

Alterações na Lei n. 13.756/2018 (FNSP)

Visão geral das alterações

Finalidades do FNSP

Fontes de receita do FNSP

Composição do Conselho Gestor

Quadro sinótico — Composição do Conselho Gestor do FNSP (art. 4º alterado)

Ações financiáveis e destinação de recursos

1. Novos incisos XIII, XIV e XV — Ações financiáveis com foco no crime organizado
2. Destinação e vinculação de recursos — §§ 5º e 6º
3. Critérios para investimentos no sistema prisional — §7º

Alterações na Lei n. 14.790/2023 (Apostas de Quota Fixa)

Visão geral das alterações

Bloqueio de contas de operadores irregulares

1. Natureza e fundamento do bloqueio
2. Garantias processuais e proteção dos apostadores (§1º)
3. Destinação dos valores perdidos ao FNSP (§3º)

Sistema interoperável de combate a fraudes eletrônicas

1. Obrigação de integração ao sistema de combate a fraudes
2. Base referencial pública e prazo regulatório (§§ 2º e 3º)

Mecanismos no Pix e diligência reforçada

1. Regulamentação do Pix para apostas — art. 24-B
2. Diligência reforçada — art. 24-C

Infrações administrativas

1. Novas infrações administrativas — art. 39, incisos IX a XII
2. Elemento subjetivo — ciência inequívoca (§2º)
3. Infração de publicidade — art. 40, inciso III

Publicação, vacatio legis e vigência da lei

1. Vigência imediata
2. Data da sanção e data da publicação
3. Aplicação da lei penal no tempo